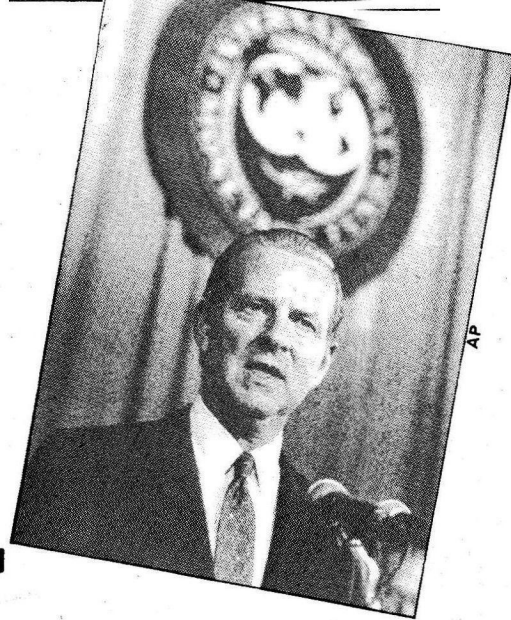


A disposição de apoiar algumas teses do Brasil foi anunciada ontem pelo secretário do Tesouro James Baker. Ele propôs que o FMI crie novos tipos de empréstimos de contingência para evitar os efeitos perversos do *stand-by*.

EUA querem até reformular o FMI



O secretário do Tesouro norte-americano, James A. Baker III, fez na manhã de ontem o mais importante pronunciamento — do ponto de vista brasileiro — da 42ª Assembléia Anual do FMI-Bird. Em sua fala, Baker apresentou um "cardápio de opções" — amplas possibilidades de negociação da dívida, embora nenhum a curto prazo. "É uma programação para vários anos", disse ao JT uma alta fonte governamental.

Foram citadas várias possibilidades, entre as quais empréstimos para projetos e comércio e provisões para empréstimos destinados ao setor privado, bônus de dinheiro novo, títulos ou bônus para serem convertidos em capital de risco, *exit bonds* (bônus de saída), conversões de dívida em capital, conversões de títulos da dívida em moeda local para organizações de caridade, capitalização voluntária de juros em casos específicos e empréstimos para financiar balanço de pagamentos.

Além disso, Baker anunciou que os Estados Unidos apóiam um aumento de capital do Banco Mundial (que estará entre US\$ 40 e 80 bilhões), o que equivaleria a duplicar o capital da instituição.

A tônica do pronunciamento do secretário do Tesouro (cargo que, no Brasil, corresponde ao de ministro da Fazenda), centrou-se na flexibilização, e isto interessa diretamente ao País. Baker reafirmou o papel central do Fundo Monetário Internacional na estratégia para as dívidas externas. Mas para isso, precisa "adaptar suas políticas às circunstâncias mutáveis e necessidades dos seus sócios". Em particular, o Fundo precisa ter atenção com as necessidades de promover o desenvolvimento no longo prazo, simultaneamente à correção dos desequilíbrios de curto prazo. "Para esses fins — acrescentou — eu proponho um pacote de mudanças nas políticas e empréstimos do Fundo".

Baker defendeu a criação de uma nova modalidade de empréstimos (*facilities*) de contingência. O motivo: os efeitos adversos dos programas *stand-by*. Essa nova modalidade, segundo o secretário do Tesouro, precisa ser complementada por outras mudanças, com o objetivo de reforçar a orientação para o desenvolvimento dos programas do Fundo. Sua proposta é de programas de 18 meses ou mais para ajudar os países devedores na promoção do desenvolvimento e na correção dos desequilíbrios de pagamentos. Além disso, sugere que o monitoramento não ocorra mais em períodos de três, mas sim de seis meses.

Os bancos comerciais, assinalou, devem olhar mais para as políticas macroeconômicas do que para regras rígidas de desembolso de recursos pelo FMI. "Em lugar de preocupação com fórmulas mecânicas, os bancos devem focar apropriadamente as políticas para restaurar o crescimento econômico e o valor dos créditos e manter flexibilidade com relação aos fluxos financeiros."

Caso a caso

Não muda, porém, a orientação de que as dívidas devem ser negociadas caso a caso, "para responder às necessidades e mudanças nos devedores individualizados".

Nós não nos sentimos atraídos por esquemas generalizados de alívio: eles não oferecem realmente alívios significativos a curto prazo, e acrescentam maiores riscos a longo prazo para os devedores. Eles também ignoram a realidade de muitos países devedores que têm fortes economias com potencial ilimitado.

Ao abrir seu pronunciamento, Baker assinalou que são três os objetivos almejados: avançar no processo de coordenação das políticas econômicas, obter o mais alto e sustentável crescimento entre os países em desenvolvimento e melhorar as instituições financeiras internacionais. "É vital que as principais lideranças do FMI e do Banco Mundial apóiem estas palavras." Elogiando o presidente do Bird, Barber Conable, e o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, Baker admitiu a seguir que a volatilidade das taxas cambiais (leia-se a desvalorização do dólar), contribui para desequilíbrios comerciais. E, adiante, mencionou a importância dos contatos entre os países desenvolvidos para a avaliação dos objetivos de médio prazo confrontados com indicadores de *performance*, item mencionado na véspera pelo ministro da Fazenda do Japão.

O secretário do Tesouro afirmou que o déficit fiscal norte-americano está sendo reduzido de US\$ 60 bilhões este ano, o que equivale a 1,7% do Produto Nacional Bruto norte-americano. E enfatizou que o presidente Reagan vetará qualquer legislação protecionista.

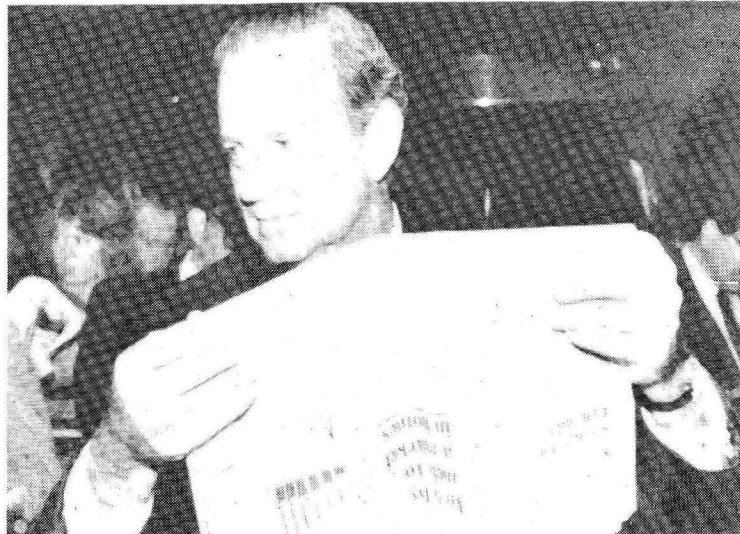
Mas adiante, convocou nações fortemente superavitárias a assumir novas responsabilidades com a economia mundial, citando especificamente a Coreia do Sul, Formosa, Hongcong e Cingapura, que, segundo Baker, devem reduzir restrições ao ingresso em seus mercados.

O secretário norte-americano voltou a defender a proposta que apresentara em 1985, na Coreia, quando lançou o programa para o desenvolvimento sustentado. Como se sabe, porém, suas idéias não resultaram em nada concreto, salvo a mudança de filosofia. O discurso de ontem foi um passo adiante em relação às propostas brasileiras. Porém, nada virá de palpável, até que os Estados Unidos entendam que chegou a hora. É preciso negociar e esperar.

Fábio Pahim Jr.

A TRADIÇÃO SE INOVA

O surgimento de novas propostas nos discursos dos delegados, após a reunião do Comitê Interino do FMI, é fato raro e sem grande efeito, especialmente se forem defendidas por países em desenvolvimento. Mas essa renovação incomum aconteceu ontem. O ministro Bresser Pereira se aproveitou de uma audiência maior ao anteceder o discurso do secretário do Tesouro norte-americano e contribuiu para criar uma nova tradição, explicando com clareza a posição dos países endividados. Mas foi à luz das declarações do secretário norte-americano — de certo modo um reforço à posição do nosso ministro — que se percebeu algo estar mudando na abordagem do problema da dívida.



Baker, com o Financial Times, que fala da dívida brasileira e...



...e conversando com a comitiva argentina.



Nogueira Batista Jr. aconselha pouco entusiasmo, assim como...



... Edmar Bacha, com as propostas do secretário americano.

Mas é preciso mostrar em que contexto foi feita a intervenção de James Baker III, e as novidades que apresenta. Quando o secretário Baker lançou o plano com seu nome na conferência de Seul, em 1985, acreditava-se, nos países industrializados, que a cooperação entre os endividados, os organismos internacionais e os bancos comerciais seria a solução para a questão da dívida. Contudo, dois anos depois já podemos considerar que o Plano Baker é *non starter*.

Os programas de ajustamento propostos pelo FMI foram feitos à custa de grandes sacrifícios mas com escassos resultados, pois faltaram — como bem percebeu o ministro Bresser — as duas outras componentes. Percebeu-se também que o FMI, ao exercer um monitoramento visando o curto prazo, se punha numa posição que o forçava a reconhecer que os compromissos dos países endividados não tinham sido respeitados. Assim, a cada três meses era necessário renegociar tais acordos, criando-se uma suspeita suplementar nos bancos comerciais, segundo a qual não existiam soluções para seus devedores.

Além disso, o sistema rígido de renegociação levava à conclusão que, longe de reduzir o montante devido, o refinanciamento dos juros apenas aumentava o peso da dívida, com todas suas consequências sobre o déficit público dos endividados.

Finalmente, havia uma tensão entre os bancos e seus governos, pois estes lhes pediam cada vez maior engajamento, sem lhes dar, entretanto, qualquer compensação.

Para salvar seu plano, Baker tinha de sugerir inovações, mas seria exagero pensar que suas propostas são revolucionárias. Em nenhum momento de seu discurso James Baker falou em maior flexibilidade de atuação do Clube de Paris. No tocante às relações dos governos com os bancos comerciais, limitou-se a dizer que as autoridades norte-americanas teriam de agir com maior flexibilidade para a concretização dos novos instrumentos de crédito.

A proposição de um novo tipo de empréstimo compensatório parece um grande passo em frente. De fato, a compensação não se restringiria à queda dos preços das matérias-primas, levando também em conta desastres naturais e um aumento das taxas de juros. É uma proposta que valoriza ainda mais um bom relacionamento do Brasil com o FMI.

Quando o secretário Baker propõe que para os *stand by* — créditos superiores a 18 meses — o monitoramento do FMI passe a ser semestral em lugar de trimestral, abre uma porta para uma revisão profunda da atuação do FMI, que, ao pensar só no curto prazo, não consegue resolver as dificuldades que exigem maior maturação para produzir resultados.

Para os que não acompanham a vida do FMI, tais propostas podem parecer bem limitadas. Mas diante das sugestões do diretor-gerente do FMI para uma revisão dos critérios de condicionalidade, representam um grande progresso.

Alguns dirão, em interpretação mesquinha, que Baker só pensa em afastar uma crise bancária antes das eleições presidenciais, para permitir a escolha de Bush e assegurar a si próprio o cargo de secretário de Estado.

A assembléia anual não sugeria progressos em seu início. Entretanto, abriram-se novas comportas, mesmo tímidas. Mas as pressões obrigarão no futuro a inclusão das inovações — sonho do passado — na tradição.

Roberto Appy, de Washington

Bancos e Receita dos EUA brigam por milhões de dólares

A Receita Federal dos Estados Unidos (Internal Revenue Service) está negando isenções de impostos que taxam bancos norte-americanos que concederam empréstimos ao Brasil. A questão judicial será decidida dia 16 de novembro por um tribunal fiscal de Washington, e se os bancos perderem a causa, serão obrigados a recolher muitos milhões de dólares aos cofres da Receita.

MISSÃO EM TÓQUIO

Bons negócios no Japão. É o que promete a Missão Brasileira de Autopeças aos interessados em "pesquisar o mercado de autopeças japonês e conhecer o que há de mais avançado no setor". A missão parte agora, fim de outubro, para Tóquio e sua agenda prevê visita às principais fábricas de automóveis e autopeças do Japão, além de seminários e reuniões de negócios com empresários japoneses do setor. Os brasileiros que participarem da excursão assistirão, ainda, à abertura oficial do *Tokyo Motor Show*, dia 29 de outubro, o principal salão de automóveis japonês que, este ano, reunirá os principais lançamentos da indústria mundial.

— A situação econômica do Japão, hoje, com a valorização do yen frente às moedas fortes, abre boas perspectivas aos empresários brasileiros do setor de autopeças interessados em exportar seus produtos para aquele país — acredita Yasuo Hamaoka, do Grupo SuperDon, organizador da missão.

A Missão Brasileira de Autopeças para o Japão conta com o apoio de várias empresas japonesas e brasileiras, além da Câmara do Comércio e da Indústria Japonesa no Brasil, da Jetro — Japan External Trade Organization, órgão ligado ao Ministério da Indústria e Comércio Internacional do Japão —, e do Sindipeças. Aos empresários interessados em participar da missão, o telefone dos organizadores é 869-2099, em São Paulo.